

saom

Handwritten notes:
União
Ces
Mg
Lr

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANO 2022



Índice

1	Identificação da Entidade	5
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	5
3	Principais Políticas Contabilísticas	6
3.1	Bases de Apresentação	6
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	8
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	15
5	Ativos Fixos Tangíveis	15
6	Ativos Intangíveis	17
7	Locações.....	18
8	Custos de Empréstimos Obtidos.....	18
9	Inventários	19
10	Rédito.....	19
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	20
12	Imposto sobre o Rendimento	20
13	Benefícios dos empregados	20
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	21
15	Outras Informações	21
15.1	Investimentos Financeiros	21
15.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	22
15.3	Cientes e Utentes.....	22
15.4	Outras contas a receber.....	22
15.5	Diferimentos	23
15.6	Caixa e Depósitos Bancários	23
15.7	Fundos Patrimoniais	23
15.8	Fornecedores	24
15.9	Estado e Outros Entes Públicos	24
15.10	Outras Contas a Pagar	24
15.11	Subsídios, doações e legados à exploração	25
15.12	Fornecimentos e serviços externos	25
15.13	Outros rendimentos.....	25
15.14	Outros gastos	26
15.15	Resultados Financeiros	26
15.16	Passivos Contingentes – Divulgação	27
15.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	27

P. Vade
CP
11/1/23
diviso
CS

BALANÇO
(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (1)
ACTIVO:		
Ativo não corrente:		
Ativos fixos tangíveis	5	76 292.61
Bens do património histórico e artístico e cultural		-
Propriedades de investimento		-
Ativos intangíveis	6	-
Investimentos financeiros	15.1	140 386.93
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	-
		216 679.54
Ativo corrente:		
Inventários	9	4 320.69
Créditos a receber	15.3	24 194.42
Estado e outros entes públicos	15.9	-
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15.2	1 730.00
Outros ativos correntes	15.4	589 061.81
Diferimentos	15.5	9 285.76
Outros ativos financeiros		-
Caixa e depósitos bancários	15.6	192 749.86
		821 342.54
Total do Ativo		1 038 022.08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO:		
Fundos patrimoniais		
Fundos	15.7	10 507.66
Excedentes Técnicos		-
Reservas		-
Resultados transitados		186 259.29
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		31 245.11
Resultado líquido do período		58 685.16
Total do Fundo de Capital		286 697.22
PASSIVO:		
Passivo não corrente:		
Provisões		-
Provisões específicas		-
Financiamentos obtidos		31 941,58
Outras contas a pagar		-
		31 941,58
Passivo corrente:		
Fornecedores	15.8	68 170.56
Estado e outros entes públicos	15.9	24 323.47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-
Financiamentos obtidos		9 960.84
Diferimentos	15.5	450 054.57
Outras passivos correntes	15.10	166 873.84
		719 383.28
Total do Passivo		751 324.86
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		1 038 022.08

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2022 (1)
Vendas e serviços prestados	10	139.532,40
Subsídios à exploração	15.11	1 136.967,20
Variação nos inventários da produção		-
Trabalhos para a própria entidade		-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(712 245,77)
Fornecimentos e serviços externos	15.12	(336 325,91)
Gastos com o pessoal	13	(675 284,25)
Imparidades (perdas/reversões)		-
Provisões (aumentos/reduções)		-
Outros rendimentos e ganhos	15.13	499 598,10
Outros gastos e perdas	15.14	(25 329,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		26 912,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(9 588,60)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		17 323,70
Juros e rendimentos similares obtidos	15.15	42 865,50
Juros e gastos similares suportados	15.15	(1 504,04)
Resultado antes de impostos (EBT)		58 685,16
Imposto sobre o rendimento do período		-
Resultado líquido do período		58 685,16

1 Identificação da Entidade

A S.A.O.M.- Serviços de Assistência Organizações de Maria é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 220, Série III de 22/9/1994, com sede em Rua das Virtudes, 11. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos na velhice e em todas as situações de falta, ou diminuição, de meios de subsistência ou capacidade para o trabalho; e
- Promover a satisfação das necessidades biopsicossociais dos indivíduos em risco de exclusão social, da infância à velhice;

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve

manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3 anos
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	
Equipamento básico	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade ou superior.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

MSC.
Cel
Mif
A

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade

fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer alterações nas estimativas contabilísticas ou erros materiais que devessem ser corrigidos.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício Rua das Virtudes nº 11 Porto

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	99 713,20					99 713,20
Equipamento de transporte	132 468,84	60 538,65				193 007,49
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310,67					1 310,67
Total	351 472,73	64 648,36	0,00	0,00	0,00	416 121,09
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	96 952,15	533,21				97 485,36
Equipamento de transporte	132 468,84					132 468,84
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310,67					1 310,67
Total	347 913,31	2 453,96	0,00	0,00	0,00	350 367,27

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	99 713,20					99 713,20
Equipamento de transporte	193 007,49					193 007,49
Equipamento administrativo	122 089,73	1 030,58				123 120,31
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310,67					1 310,67
Total	416 121,09	1 030,58	0,00	0,00	0,00	417 151,67
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	0,00					0,00
Equipamento básico	97 485,36	318,26				97 803,62
Equipamento de transporte	132 468,84	7 567,33				140 036,17
Equipamento administrativo	119 102,40	1703,01				120 805,41
Outros Ativos fixos tangíveis	1 310,67					1 310,67
Total	350 367,27	9 588,60	0,00	0,00	0,00	359 955,87

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2021					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 519,48					4 519,48
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 519,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4 519,48
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 010,57	508,91				4 519,48
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 010,57	508,91	0,00	0,00	0,00	4 519,48

Descrição	2022					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 519,48					4 519,48
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 519,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4 519,48
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	4 519,48					4 519,48
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	4 519,48	0,00	0,00	0,00	0,00	4 519,48

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	60 538,65	7 567,33	52 971,32	60 538,65	0,00	60 538,65
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	60 538,65	7 567,33	52 971,32	60 538,65	0,00	60 538,65

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	9 960,84	1 191,92	11 152,76	9 636,23	1 504,04	11 140,27
De um a cinco anos	31 941,58	1 595,87	33 537,45	41902,42	2 787,79	44 690,21
Mais de cinco anos						
Total	41 902,42	2 787,79	44 690,21	51 538,65	4 291,83	55 830,48

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	9 960,84	31 941,58	41 902,42	9 636,23	41 902,42	51 538,65
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	9 960,84	31 941,58	41 902,42	9 636,23	41 902,42	0,00

Handwritten signatures and initials:
 A. H. C.
 C. S.
 J. H. T.
 J. H. T.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021			2022			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	1 838,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	358 017,87	0,00	3 660,03	321 652,57	0,00	4 320,69
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1 838,10	358 017,87	0,00	3 660,03	321 652,57	0,00	4 320,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				711 463,41			712 245,77
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

10 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	51 303,79	46 921,68
Quotas e joias	680,00	1 920,00
Projetos do Âmbito Social	0,00	23 138,04
Prestação de Serviços secundários	87 548,61	266 883,16
Juros, dividendos e outros similares	42 865,50	34,36
Royalties	0,00	0,00
Total	182 397,90	338 897,24

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	489 005,61	433 401,01
Outros subsídios extraordinários COVID-19		1 890,47
Apoios do Governo		
SICAD	116 708,75	130 616,37
Fundo Social Europeu (FSE) / CPN	104 309,86	80 912,70
Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	19 957,06	22 028,06
Autarquias Locais	406 985,92	369 470,61
Total	1 136 967,20	1 038 319,22

12 Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 0,00€, corresponde ao valor esperado a pagar referente:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado		
Tributação Autónoma		
Total	0,00	0,00

13 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2021, foram, respetivamente cinco e cinco. Os órgãos diretivos não são remunerados.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2022 foi de "50" e em 31/12/2021 foi de "53".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	539 777,17	547 638,33
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	118 949,20	121 852,74
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 172,12	7 797,96
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	4 385,76	1 745,30
Total	675 284,25	679 034,33

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro. Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	127 912,70	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	127 912,70	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	20 000,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	20 000,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	12 474,23	12 027,46
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	140 386,93	32 027,46

Ano 2022								
Sede	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido	% detida	Proporção no resultado	Montante Registrado	
Subsidiária:								
Torreão								
Empresa Social Unipessoal Lda.	Porto	418.652,06	290.739,4	127.912,7	101.667,6	100%	101.667,59	101.667,59

A Empresa Torreão Unipessoal Lda., tem como atividade principal a restauração.

A participação financeira ascende a 127.912,7€. Para a determinação do valor utilizou-se o método de equivalência patrimonial de acordo com a nota 3.2.4 Investimentos financeiros.

A entidade está dispensada de elaborar as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o nº 7 do artigo 7º do Decreto Lei nº 98/2015 de 2 de junho.

15.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	1 460,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	1 730,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	1 730,00	1 460,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 755,23	84 638,55
Utentes	28 825,71	24 107,07
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	- 7 386,52	- 7 386,52
Total	24 194,42	101 359,10

15.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores	3 020,15	6 055,09
Devedores por acréscimos de rendimentos	5 038,10	5 038,10
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	581 003,56	624 475,07
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	589 061,81	635 568,26

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros / outros	9 285,76	8 753,07
Total	9 285,76	8 753,07
Rendimentos a Reconhecer		
Subsídios SICAD / IEPF / POISE / NORTE 2020	450 054,57	392 322,64
Total	450 054,57	392 322,64

15.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	5 294,27	3 551,40
Depósitos à ordem	154 455,59	55 778,71
Depósitos a prazo	33 000,00	73 000,00
Total	192 749,86	132 330,11

15.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	10 507,66	0,00	0,00	10 507,66
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	183 148,46	3 110,83	0,00	186 259,29
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	31 245,11	0,00	31 245,11
Total	195 116,12	34 355,94	0,00	228 012,06

Outras variações nos fundos patrimoniais	31-12-2022
Relacionados com MEP	
Ajustamentos de transição	6 245,11
Subsídios ao investimento	25 000,00
Total	31 245,11

Os ajustamentos em ativos financeiros derivam da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação financeira na empresa Torreão Empresa Social Unipessoal Lda.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

15.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	68 170,56	91 795,73
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	68 170,56	91 795,73

15.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 661,69	4 491,51
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	3 322,75	3 167,20
Segurança Social	13 761,71	15 000,96
Outros Impostos e Taxas	577,32	102,78
Total	24 323,47	22 762,45

15.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		858,15		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		45,42		341,11
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		59 924,36		58 221,20
Adiantamentos clientes/utentes		5 331,86		4 398,59
Outros credores		100 714,05		181 861,34
Total	0,00	166 873,84	0,00	244 822,24

15.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	489 005,61	435 291,48
Subsídios de outras entidades	647 961,59	603 027,74
Doações e heranças	0,00	0,00
Legados	0,00	0,00
Total	1 136 967,20	1 038 319,22

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	0,00	20 558,92
Serviços especializados	142 322,27	179 115,04
Materiais	10 897,24	14 420,86
Energia e fluidos	96 757,07	73 275,83
Deslocações, estadas e transportes	1 524,45	6 143,72
Serviços diversos	84 824,88	88 477,62
Total	336 325,91	381 991,99

15.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	4,49	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	101 667,59	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	397 926,02	434 581,94
Total	499 598,10	434 581,94

Em outros rendimentos destaca-se o montante de donativos em espécie (bens alimentares) que ascendeu a 391 620,57€.

Em rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos regista-se o montante de 101.667,67€, relativo ao investimento ajustado pelo valor correspondente à participação no resultado líquido da entidade Torreão Empresa Social Unipessoal Lda. por contrapartida de ganhos do período.

15.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	570,20	404,32
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	24 759,27	32 828,85
Total	25 329,47	33 233,17

No ano 2022 em outros gastos evidencia-se o registo de perdas em execução de projetos no montante de 10 795,43€.

15.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1 504,04	1,80
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	1 504,04	1,80
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	34,36
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	42 865,50	0,00
Total	42 865,50	34,36
Resultados Financeiros	41 361,46	32,56

Em outros rendimentos evidencia-se um rendimento, considerado extraordinário, que decorreu da liquidação e partilha do ativo da entidade SOPORTHIS – Solidariedade Social Porto Histórico, com correspondente recebimento do montante de 42 865,50€.

15.16 Passivos Contingentes – Divulgação

No período de 2020 foram prestadas duas garantias pela SAOM como avalista de dois empréstimos bancários Linha Caixa Invest COVID Negócios, no montante total de 150.000,00€, em titulação e garantia das responsabilidades emergentes da celebração dos contratos de financiamento celebrados pela sua participada Torreão Empresa Social Unipessoal Lda. com a Caixa Geral de Depósitos. A prestação de garantia como avalista foi aprovada em Assembleia Geral de 30 de junho de 2020, com respetiva ratificação em Assembleia Geral de 3 de agosto de 2020. Os financiamentos foram aprovados pela Caixa Geral de Depósitos em 5 de agosto de 2020 com período de carência 18 meses.

Em 31-12-2022 os empréstimos bancários Linha Caixa Invest COVID Negócios registavam o montante em dívida de 123 053,16€ na sua participada.

15.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 31 de março de 2023.

Miragaia, 31 de dezembro de 2022

O Contabilista Certificado

A Direção

Francisco Miguel Martins Carneiro

Maria do Carmo Gonçalves

Maria do Carmo Gonçalves
Maria do Carmo Gonçalves
Luís da Silva